

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E SUA ATUAÇÃO NO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO PEDRO II – CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Quézia Santa Brigida Rodrigues (1); Taiane Dias Darós Linhares (2); Lilian de Oliveira Silva Rosa (3); Natasha Conceição Gomes de Carvalho (4)

(1) Colégio Pedro II – campus Duque de Caxias – queziasantabrigida@hotmail.com

(2) Colégio Pedro II – campus Duque de Caxias – taiane.professora@gmail.com

(3) Colégio Pedro II – campus Duque de Caxias – liliancederj@gmail.com

(4) Colégio Pedro II – campus Duque de Caxias – carvalhonatasha@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O quadro que o Brasil vive atualmente é o de busca e cobrança pelos direitos básicos descritos na Constituição (1988), entre eles educação, em especial a educação inclusiva. Apesar do artigo 208, inciso III, da atual Constituição, que coloca como dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, só em 2008 foi aprovada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que coloca a educação especial não mais substitutiva ao ensino comum, mas, complementar ao ensino regular.

Segundo Ropoli *et al.* (2010, p.9), “a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas”. Nesse sentido, não basta apenas colocar os alunos com deficiência em sala de aula junto com os demais; é necessário que eles tenham as mesmas condições pedagógicas e para isso a escola deve ter acessibilidade, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais de apoio escolar, materiais adequados às deficiências e professores engajados com o ensino. E esse é o objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais... (Brasil, 2008).

Com esse objetivo bem claro, o colégio Pedro II está caminhando para garantir o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, desde portarias que instituem os NAPNEs (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas), estabelecimento de salas de AEE, até discussões sobre a inclusão escolar no Projeto Político Pedagógico do colégio.

O NAPNE do Colégio Pedro II, campus Duque de Caxias, foi implementado em 2012, através de portarias internas e a partir de 2014, passou a atender alunos público-alvo da educação especial que ingressam no colégio ou via concurso público ou através do convênio estabelecido com o IBC (Instituto Benjamin Constant). No ano de 2018, estão sendo atendidos dezenove alunos que apresentam deficiências visual, física ou intelectual, deficiências múltiplas, TEA (Transtorno do Espectro Autista) e alunos com transtornos psicológicos e/ou psiquiátricos que levam a um baixo rendimento pedagógico.

À medida que novos alunos com deficiência ingressam no colégio, o mesmo deve oferecer recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos, de forma a construir um plano de atuação para

eliminá-las. Glat e Ferreira (2003) destacam a importância de prover condições para assegurar a permanência dos alunos, ressaltando a importância dos recursos materiais e humanos.

Nesse sentido, além dos recursos físicos e pedagógicos voltados às demandas dos alunos, entra em cena o profissional de apoio escolar (PAE), que, aparece no Colégio Pedro II, campus Duque de Caxias, como o profissional que acompanha o aluno em todas as atividades pedagógicas. Segundo Martins (2011) e Almeida *et al.* (2014), se encaixariam no grupo do PAE, os mediadores escolares, acompanhantes terapêuticos, cuidadores, auxiliares de vida escolar, estagiários de inclusão e agentes de inclusão. Sobre esse novo profissional, Almeida *et al.* (2014) apontam as várias denominações, perfis e funções ainda não muito bem definidas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei 13146/2015) determina que

...o profissional de apoio escolar é aquele que presta apoio em atividades de alimentação, cuidados pessoais e locomoção, bem como na inclusão pedagógica do estudante com deficiência, sob a forma de acompanhamento individualizado e de promoção, em caráter geral, da inclusão na instituição de ensino e na sua proposta político-pedagógico (Brasil, 2005).

Lopes (2018) constata a existência de diversos conflitos e equívocos decorrentes dessa função no ambiente escolar. Segundo Almeida *et al.*(2014) e Martins (2011), normalmente a função de cuidador está mais relacionado à saúde e ao serviço social, sendo que no ambiente escolar, pela ausência de pesquisas e de documentos que regulamentem a profissão, o papel dos PAE ainda não está bem esclarecido. Martins (2011) afirma que, por conta dessa indefinição do perfil e função dos PAE, fica a critério de cada autarquia ou município. Lopes (2018) se refere ao PAE como

... um serviço de apoio à Educação Especial, que atua em escolas comuns e dão suporte aos alunos público alvo da educação especial, ajudando nas atividades de cuidados pessoais básicos, assim como escolares, nas quais os alunos possuem dependência para realizá-las ou necessitem de ajuda para participar efetivamente de uma delas, assim como dá suporte ao professor em situações que não seja de “responsabilidade de planejamento e ensino”, mas fica disponível para qualquer auxílio em sala de aula.

O colégio Pedro II, campus Duque de Caxias, segue as diretrizes apresentadas na LBI que, como apresentadas, são bastante amplas e sem uma definição clara do perfil e da forma de atuação dos PAE. No ano de 2017, recebe sua primeira PAE para acompanhar uma aluna com deficiências múltiplas e em 2018 recebe a segunda PAE para acompanhar um aluno, também com deficiências múltiplas, ambos no ensino médio. Diante desses novos atores e a falta de diretrizes bem definidas para nortear o trabalho dos PAE, o presente trabalho tem como objetivos: tecer uma análise descritiva da atuação dos PAE, identificando a relevância do papel desempenhado por estas profissionais no contexto do Colégio Pedro II – *campus* Duque de Caxias, especificamente no atendimento a alunos de nível médio. Constitui-se ainda dentro dos referidos objetivos, traçar estratégias que subsidiem o trabalho efetivo dos PAE a partir de intervenções pedagógicas pautadas na formação integral dos alunos ora atendidos. Espera-se assim que, com base nesta análise, possa-se também refletir e contribuir com a relevância destes profissionais no contexto do atendimento a alunos incluídos no geral pelo sistema de educação e legislação vigentes, sobretudo em se tratando de alunos do ensino médio.

METODOLOGIA

No colégio Pedro II, campus Duque de Caxias, dois alunos com deficiências múltiplas são acompanhados por PAE: uma aluna, de 22 anos, com deficiência física, visual e intelectual que ingressou no colégio, no ano de 2017, por meio de um convênio estabelecido com o IBC; e um aluno, de 18 anos, com TEA e deficiência intelectual, que ingressou, também em 2017, através de concurso público, concorrendo em vagas para PCD (pessoa com deficiência). Os dois alunos cursam no corrente ano, o segundo ano do ensino médio e encontram-se incluídos em turmas regulares. Os alunos estão matriculados no turno da manhã, em que assistem às aulas regulares acompanhados pelas PAE e à tarde são atendidos pelos professores das diferentes disciplinas, em aulas que ocorrem no NAPNE. Esses atendimentos podem ser individuais ou em pequenos grupos, respeitando suas necessidades específicas, podendo ou não estar acompanhados pelas PAE.

Neste trabalho serão apresentadas as práticas realizadas pelas PAE e resultados recentes obtidos através de suas intervenções. O trabalho que vem sendo desenvolvido baseia-se em uma abordagem qualitativa, que trabalha com descrições, comparações, recolha de dados descritivos, entrevistas com os agentes envolvidos, observação dos participantes e a análise e interpretação criteriosa dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ingresso do PAE no ensino médio é mais uma quebra de paradigmas da educação e corresponde a um grande avanço da educação inclusiva. Tal como acontece no Colégio Pedro II, campus Duque de Caxias é um fator que reconhece a importância da inclusão em todas as etapas da educação básica, até mesmo no Ensino Médio.

O acompanhamento no ensino médio é um grande desafio, visto que a estrutura de ensino é totalmente diferente da educação infantil e do ensino fundamental, onde esses profissionais são mais frequentemente encontrados. Além disso, consiste também em uma etapa de preparação para o ingresso na universidade. No ensino médio, o PAE tem como objetivo promover uma mediação entre o que é ensinado na sala de aula regular, montando estratégias que sejam propícias para o desenvolvimento significativo do aluno, para isso conta com auxílio do NAPNE, do SESOP (Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica), do corpo docente e de todos os profissionais da comunidade escolar. O trabalho do PAE se fundamenta nas necessidades específicas do aluno, estabelecendo estratégias que facilitem a organização, trabalhos e as relações professor-aluno e aluno-colegas de classe.

O trabalho realizado pela primeira PAE, que se iniciou no ano de 2017, começou com a observação durante as primeiras semanas de aula e a utilização de estratégias para melhor adaptação da aluna em sala. Durante esse período, foi realizado um diagnóstico a fim de compreender como era realizado o processo de ensino-aprendizagem da discente, visto que é uma aluna que ingressou por meio do convênio entre as duas instituições (Colégio Pedro II e IBC).

Um dos objetivos da PAE era adaptar todos os conteúdos passados pelo professor, como a matéria escrita no quadro, slides, textos impressos. No caso das matérias escritas no quadro, a melhor estratégia encontrada foi a PAE copiar o conteúdo com uma letra maior, já que a aluna apresenta baixa visão. Desse modo, a aluna se sentia mais confortável, seu tempo de escrita era respeitado, dado os problemas motores e pausas eram dadas para que o conteúdo fosse explicado mais diretamente para sua melhor compreensão. Já com os slides e textos impressos utilizados pelos professores, a adaptação ocorria com a ampliação do tamanho da fonte (fonte arial, 24). Conforme as avaliações estavam sendo feitas, houve a necessidade de adaptar também a linguagem dos textos para melhor compreensão da aluna. Gardou (2009) ressalta a importância da acessibilidade no ambiente escolar.

Contribuir para a acessibilidade das situações de aprendizagem, otimizando as suas condições materiais, técnicas e humanas: ajuda na escrita, acompanhamento fora dos tempos da classe, (...)

Em relação a trabalhos em grupos, a PAE fez intervenções na turma, para um maior acolhimento da aluna e neste momento, foi observado que grande parte dos alunos não possuía a vivência com um colega com necessidades especiais. Um dos objetivos dessas intervenções com a turma era para esclarecer e conscientizá-la sobre a importância da inclusão no Colégio Pedro II, campus Duque de Caxias, e que esse movimento deveria ocorrer em conjunto, pois a aluna também precisava do suporte de todos eles. Essa intervenção se mostra muito importante, pois mobiliza toda a escola a adaptar-se para a inclusão dos seus alunos com necessidades específicas. Segundo Romagnolli (2008),

... para garantir a aprendizagem e a participação de todos os alunos, é necessário um trabalho colaborativo entre os professores, entre professores e pais, professores e especialista e entre os próprios alunos.

Outras abordagens realizadas pela PAE foram orientações acerca da prática de ensino dos docentes, forma de avaliação e conteúdos adaptados para provas. É importante destacar o contato da PAE e da família, ao repassar informações sobre o desenvolvimento da aprendizagem da discente, além de buscar o apoio familiar, visto que a prática de aprendizagem continua para além da sala de aula. De acordo com Mousinho *et al.* (2010), a partir desse contato o PAE precisa ter cautela ao fornecer as informações sobre a aprendizagem e os casos que ocorrem dentro e fora de sala de aula:

Este compartilha de informações não deve perder de vista que o objetivo principal é verificar quais foram as situações mais favoráveis de estimulação para aquela criança e possibilitar a sua generalização no ambiente doméstico. As estratégias de estimulação e intervenção pedagógicas que não forem bem sucedidas devem orientar futuras tentativas/intervenções e somente servir para tal propósito. Em hipótese alguma o mediador escolar deve perder de vista a ética das informações que deve passar à família. As impressões pessoais e sugestões no tratamento, por exemplo, devem ser discutidas com toda a equipe. Somente informações pertinentes ao desenvolvimento da criança, em concordância com a escola e terapeutas, deverão ser repassadas.

O aluno com TEA e deficiência intelectual passou a ser acompanhado por uma PAE neste ano. O NAPNE e SESOP, junto com o corpo docente notaram que o aluno não vinha progredindo satisfatoriamente, tanto pedagogicamente quanto socialmente, e sugeriram o acompanhamento de um PAE para orientar e intermediar o discente. A educação de um indivíduo procede de situações capazes de transforma-lo ou de lhe permite transforma-se (MAZZOTA, 1986) e isso acontece devido à interação entre todos os envolvidos no processo de aprendizagem que se pode ocorrer nos locais mais variados possíveis.

Iniciando também através de observações, a PAE foi identificando as melhores estratégias e o caminho para obter um avanço nas dificuldades enfrentadas pelo discente dentro e fora da sala de aula, além de fazer a ponte aluno/professor mediando o conhecimento. Segundo Vigotski (2007), mediar refere-se ao processo de apresentar o aluno para o mundo através de relações que facilita e valoriza as possibilidades de aprender, que nos norteia na perspectiva de atuação enquanto mediador do conhecimento e possibilita as descobertas em uma base de trocas, onde o aluno em algum momento poderá também, exercer a função de mediador.

A prática da PAE é direta com o aluno, o acompanhando nas aulas, auxiliando nas dificuldades enfrentadas, orientando para atenção nas aulas ministradas pelos docentes,

incentivando para conseguir realizar suas atividades em sala de aula com autonomia, organizando junto com o discente os trabalhos em grupo, estimulando a relação professor/aluno e a interação com a turma. Propagar a inclusão significa examinar as principais ideias e desafios, valorizando a autonomia do aluno, criando oportunidades reais para a aprendizagem, tudo isso, mediado pela PAE.

O primeiro contato entre a PAE e o discente foi um momento de tensão para o aluno, que se mostrou bastante ansioso, indo repetidas vezes ao banheiro, inseguro com o novo cenário apresentado, mas tão logo, o relacionamento foi se estreitando. Foi utilizada como primeira estratégia ganhar a confiança do aluno para que a relação acontecesse. Nas observações, já se pode constatar que o aluno apresenta muita dificuldade na lógica, na matemática, na relação com os professores e alunos da sua turma, na concentração e organização, entre outras.

A PAE faz o intermédio, assistindo as aulas com o aluno, trazendo sempre sua atenção para o que é colocado pelos professores, media os trabalhos organizados em grupos, auxilia na ordenação de seus materiais escolares, datas das entregas de trabalhos, levando o aluno a explorar e organizar suas ideias na realização das tarefas, tornando-o cada vez mais autônomo no ato de aprender. Mousinho *et al.* (2010) relata que esse profissional no processo de ensino-aprendizagem beneficia a compreensão do estímulo ambiental, ou seja,

...chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento.

Nos dois casos, nota-se a importância da atuação das PAE na aprendizagem dos alunos incluídos. Os professores, alunos da turma, demais profissionais do colégio e a família já puderam constatar essas contribuições. E como em todas as práticas novas, desafios e falhas acontecem e devem ser tomados como base para uma aprendizagem significativa. Refletir sobre a escolarização de alunos com deficiência é problematizar qual será o caminho ou condição de atendimento que os levarão a obter crescimentos sociais e pedagógicos.

CONCLUSÃO

Uma nova cultura de valorização das diferenças vem sendo criada a partir de leis, projetos e decretos que instituem e incentivam a educação especial nas escolas. Nesse sentido, inúmeras são as conquistas, como a oferta de AEE, a formação continuada dos professores, a acessibilidade nos espaços, materiais escolares adequados, orientação das famílias e a presença do PAE na escola.

O presente trabalho trouxe à tona a relevância do papel desempenhado pelas PAE num contexto de ensino médio. Há carência de estudos e discussões quando se trata especificamente do referido público alvo: alunos de ensino médio, com faixa etária a partir da adolescência até vida adulta. São comuns os estudos acerca da atuação do PAE junto a alunos na fase inicial de sua escolarização; contudo, há lacunas quando se trata da educação de jovens e adultos portadores de necessidades educacionais específicas que requerem a mediação e intervenção pedagógica a partir da atuação de um PAE. Dessa forma, é necessário compreender quais os aspectos estão relacionados à atuação destes profissionais, considerando todas as especificidades existentes na realidade dos alunos atendidos pelo NAPNE do Colégio Pedro II, campus Duque de Caxias, os amparos legais e os reais recursos possíveis na prática.

Sob essa perspectiva, pode-se observar que, no Colégio Pedro II, campus Duque de Caxias, o PAE aparece como uma figura importante na aprendizagem de alunos com

deficiência. O trabalho realizado por esses profissionais garante o acesso, a participação, a aprendizagem e a socialização dos alunos acompanhados, independente de suas singularidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A.; SIEMS-MARCONDES, M. E. R.; BOER, W. **O Cuidador de Pessoas com Deficiência: um olhar a partir da perspectiva educacional.** In: Déborah de B.A. P. Freitas; Sandra M. da S. Cardozo. (Org.). *Inclusão e diferenças: resignificando conceitos e práticas* - volume 2. 1ª ed. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima. 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24/08/18.
- _____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20/08/18.
- _____. Presidência da República. **Lei Brasileira de Inclusão. Estatuto da Pessoa com deficiência.** Lei nº 13.146. Brasília, julho 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15/07/18.
- GARDOU, C. **As situações de deficiência no processo de escolarização: quais os grandes desafios da Europa?** Revista Lusófona de Educação. [S.l.]. v. 14, nº 14. Fevereiro. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1104>. Acesso em: 15/06/18.
- GLAT, R.; FERREIRA, J. R. **Educação inclusiva no Brasil: diagnóstico atual e desafios para o futuro.** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/entrada_pt.html. Acesso em: 01/08/18.
- LOPES, M. M. **Perfil e Atuação dos Profissionais de Apoio à Inclusão Escolar.** Dissertação (mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9899/LOPES_Mariana_2018.pdf?sequence=4. Acesso em 05/09/18.
- MARTINS, S, M. **O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial.** Dissertação (mestrado em Educação) Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95218/297802.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01/09/18.
- MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos da Educação Especial.** São Paulo. Ed. Pioneira. 1982
- MOUSINHO, R.; SCHMID, E.; MESQUITA, F.; PEREIRA, J.; MENDES, L.; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. **Mediação Escolar e Inclusão: Revisão, Dicas E Reflexões.** Rev. Psicopedagogia. nº 27(82): 92-108. São Paulo. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010. Acesso em: 01/09/18.
- ROMAGNOLLI, G. S. E. **Inclusão do Aluno com Baixa Visão na Rede Pública de Ensino: Procedimentos dos Professores.** 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-4.pdf>. Acesso em 10/09/18.
- ROPOLI, E. A. *et al.* **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva – volume 1.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2010.



VIGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente – O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Tradução: José Cipolla Neto *et al.* 7ª edição. Ed. Martines Fontes. São Paulo. 2007.